



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640128 - SP (2021/0013232-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FELIPE DE CASTRO BUSNELLO - SP324728
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS EDUARDO SOUZA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS EDUARDO SOUZA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2001770-62.2021.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente em razão da suposta prática do crime de tráfico de drogas.

A impetrante sustenta que o decreto constitutivo careceria de fundamentação idônea, ressaltando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito.

Alega que não foi demonstrado, de maneira concreta, de que forma, em liberdade, o paciente poderia causar embaraço à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Argumenta, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que a prisão preventiva poderia ser substituída por cautelares descritas no art. 319 do CPP, mormente porque os predicados pessoais do apenado permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Destaca, por fim, a possibilidade, em caso de condenação, da fixação de regime inicial diverso do fechado, evidenciando a desproporcionalidade da prisão cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade ao paciente, ainda que mediante a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Subsidiariamente, pugna pela prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO
CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO.
CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE
DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE
AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. [...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto, ao decretar a prisão preventiva do paciente, o magistrado singular consignou que (e-STJ fl. 56):

"Assim, quanto aos pressupostos da custódia cautelar, tenho que a materialidade delitiva está demonstrada pelos laudos de constatação provisória, que restaram positivos para cocaína e maconha. Ademais, a quantidade, variedade e acondicionamento das drogas, presença de dinheiro e circunstâncias do flagrante revelam destinação, em tese, a terceiros e não ao consumo próprio. No que toca aos indícios de autoria, neste juízo de cognição sumária, entendo evidenciados pela segura informação dos servidores públicos que prenderam o investigado em flagrante delito.

Quanto às hipóteses ensejadoras da prisão de exceção, no caso em análise, tenho que presente está ao menos uma delas, qual seja, a necessidade de se garantir a ordem pública, diante da gravidade do delito, mormente pela espécie e quantidade de drogas. Por ora, não há demonstração também de que exerça trabalho lícito, de sorte que é possível afirmar que, se solto, voltará a delinquir e a se seduzir pelos lucros que advém deste nefasto negócio de compra e venda de entorpecentes."

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência